

# Acordo externo depende de um item

## Credores abriram mão da vinculação entre desembolsos e o ok do FMI

LUIZ ROBERTO  
MARINHO

Da Editoria de Economia

O Governo e os bancos credores chegaram a um consenso e não haverá mais vinculação automática entre 88,5 por cento do total dos seus desembolsos e as liberações do empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI). Está superado assim, o penúltimo obstáculo ao acordo de reescalonamento da dívida externa, restando agora resolver apenas a questão da penhora das reservas cambiais brasileiras, em que os bancos continuam a insistir.

O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, visivelmente satisfeito, em entrevista coletiva convocada por ele. Pelo acerto com os bancos, costurado sexta-feira, não terão qualquer tipo de vinculação a primeira e a segunda parcelas do empréstimo de 5,2 bilhões

de dólares dos bancos para refinanciar os juros, num total de 4,6 bilhões de dólares, a serem liberados até dezembro próximo.

Conforme explicou Mailson, a última parcela, de 600 milhões de dólares, equivalente a 11,5 por cento do total do refinanciamento, a ser liberada durante o primeiro trimestre de 89, só será suspensa pelos bancos diante de duas condições: se, não havendo cumprimento das metas de desempenho econômico acertadas com o FMI para o trimestre outubro/dezembro deste ano, o Brasil não obter *waiver* (dispensa) do Fundo e acertar outras metas; e se 85 por cento do total dos bancos credores, pelo volume de crédito, em votação entre eles, concordarem com a suspensão.

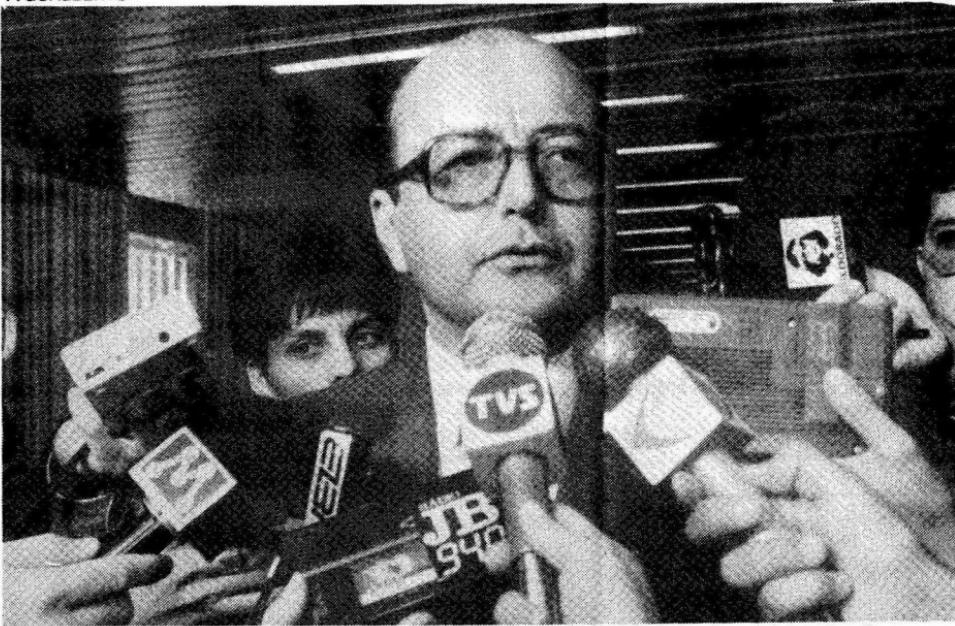
O ministro da Fazenda destacou que esta fórmula é absolutamente inovadora em negociações de dívidas de países em subdesenvolvimento, em que sempre houve vinculação automá-

tica total, sublinhando ser mais uma prova de que o Governo está negociando o acordo da dívida conforme os interesses e as conveniências do País.

— Este é o melhor acordo de renegociação da dívida já feito pelo Brasil. O acordo em torno da questão da vinculação demonstra que as negociações estão progredindo e que estamos caminhando rapidamente para normalização das nossas relações com a comunidade financeira internacional — assinalou.

O cronograma previsto no acordo com os bancos prevê o desembolso de uma primeira parcela de 4 bilhões de dólares, assim que houver a adesão de 90 por cento dos bancos credores ao term sheet (texto do acordo), esperada para julho; mais 600 milhões de dólares entre setembro e outubro e os restantes 600 milhões de dólares durante o primeiro trimestre de 89, provavelmente em março.

F. GUALBERTO



Mailson: euforia com a solução após 26 dias de impasse nas negociações